

» Entrevista | **JULIO BITELLI** | EMBAIXADOR DO BRASIL EM BUENOS AIRES

Diplomata defende que ambos os países seguem negociando temas comuns, como a compra do gás de Vaca Muerta e acordos do Mercosul, apesar de os presidentes Lula e Javier Milei jamais terem se encontrado para uma reunião bilateral

“Relação com Argentina tem peso”

» ISRAEL MEDEIROS

Jefferson Rudy/Agência Senado



Buenos Aires — Apesar da cooperação histórica entre Brasil e Argentina, desde que o presidente Javier Milei (*La Libertad Avanza*) assumiu a Casa Rosada, em dezembro de 2023, os dois chefes de Estado não se encontraram em uma agenda bilateral. Parte disso se deve às posições ideológicas distintas. Porém, o embaixador brasileiro em Buenos Aires, Julio Glinernick Bitelli, defende que a relação segue um curso de normalidade e que é preciso “desdramatizar” o impacto da divergência entre Milei e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em entrevista ao *Correio*, o diplomata explicou que, pela relação de interdependência, as equipes das duas nações trabalham para deixar de lado as diferenças e firmar novos acordos que as beneficiem em questões como fornecimento de gás, considerado estratégico pelo Brasil, que pretende comprar o produto vindo da reserva de Vaca Muerta, na Patagônia.

Já faz quase dois anos que Javier Milei assumiu, mas ainda não houve um encontro com Lula. Qual a possibilidade de se reunirem?

Olha, eles já se encontraram três ou quatro vezes. A última delas, aqui na Cúpula do Mercosul, quando houve uma transferência da presidência argentina para a brasileira muito correta. Isso está filmado, fotografado e tudo. Um encontro bilateral no sentido mais clássico, com uma conversa entre os dois, ainda não ocorreu. Agora, é preciso desdramatizar essa questão. Ocorrerá se tiver que ocorrer. As relações estão seguindo um curso de muita normalidade. Elas não podem ficar reféns de se os presidentes vão ou não se encontrar. Eu acho que o importante é que haja o respeito mútuo e que haja uma compreensão dos dois lados da importância da relação. E isso é o que a gente tem visto.

O senhor foi orientado por Lula a não deixar que questões ideológicas atrapalhem a relação. Acha que isso tem sido possível?

Sim, tem sido possível. Eu acho que há uma compreensão importante dos dois lados. De que a relação tem um peso específico que justifica passar por cima das diferenças

que são circunstanciais. E os interesses comuns são mais importantes do que essas diferenças. Essa é a orientação do presidente e é assim que a gente está trabalhando.

O senhor está aqui desde 2023. Viu diferença na receptividade dos diplomatas argentinos às discussões com o Brasil com a mudança de governo?

Não, o que houve foi uma mudança importante da maneira como esse governo argentino entende o comércio internacional e os investimentos. Houve uma mudança profunda em comparação com o governo anterior. O que o Brasil está procurando fazer, e o setor privado brasileiro, é entender o que essas mudanças na Argentina implicam termos de oportunidades de negócios. E há muito interesse e há muita atenção posta na Argentina. Isso passa, sobretudo, pelo setor privado. Esse é um governo argentino que deixou claro que entende a participação do Estado nas questões de comércio como algo secundário em relação ao privado, e é preciso que, no Brasil, entenda-se essa nova lógica para que se busquem

as oportunidades melhores aqui. É o que está acontecendo.

Quais são as áreas prioritárias da diplomacia brasileira em relação a novos acordos com a Argentina?

A agenda bilateral é muito ampla e abarca inúmeros temas. Em termos das prioridades atuais, obviamente você tem, no âmbito do Mercosul, que avançar com essas negociações externas. Nós completamos as negociações com a União Europeia, completamos as negociações com o Efta (Associação Europeia de Comércio Livre), estamos avançados na negociação com os Emirados Árabes. Há interesse em conversas iniciais com o Canadá, com o Japão, com a Indonésia, com outros países. Isso é um aspecto que, dentro do Mercosul, abarca naturalmente as relações do Brasil com a Argentina. E isso está avançando de maneira bastante importante. Do ponto de vista estritamente bilateral, um tema central é a questão da integração energética. A conversa em curso é com relação ao suprimento de gás pela Argentina ao Brasil. Isso tem avançado também. É um tema complexo que envolve diferentes atores.

As relações estão seguindo um curso de muita normalidade. Elas não podem ficar reféns de se os presidentes vão ou não se encontrar. O importante é que haja respeito mútuo e que haja uma compreensão dos dois lados.

Existem negociações em outras áreas?

Há uma série de outros interesses, quer dizer, turismo, cultura, agricultura, cooperação fronteiriça, combate ao crime transnacional...

Estamos trabalhando juntos também para melhorar o funcionamento da Hidrovia Paraguai-Paraná. Há uma série de coisas na agenda que têm o seu curso normal e nas quais a gente está trabalhando.

O senhor mencionou a exportação de gás pela Argentina. Como está a situação de Vaca Muerta? O Uruguai chegou a se oferecer para hospedar um gasoduto.

Ao final de 2023, foi assinado um memorando de entendimento entre o Brasil e a Argentina. Constituiu-se um grupo de trabalho para analisar as diferentes opções para que o gás de Vaca Muerta chegue ao Brasil. As primeiras moléculas já chegaram ao Brasil via Bolívia. Houve uma reversão do Gasoduto Norte, que trazia gás boliviano para a Argentina. Esse gás, então, entrou pela Bolívia, se conectou com o Gasbol (Gasoduto Bolívia-Brasil), que leva o gás boliviano ao Brasil, e o gás de Vaca Muerta já chegou ao Brasil, só que ainda em quantidades pequenas. Obviamente, para que isso adira um caráter mais estruturado, é preciso pensar em outras rotas. E há várias alternativas. Você

mencionou o Uruguai, mas o Paraguai também se ofereceu para ser um país de trânsito do gás argentino para o Brasil. Há um projeto de que o gás chegue diretamente por Uruguaiana e entre já pelo Rio Grande do Sul, partindo dali para Porto Alegre.

É possível dizer qual opção seria mais viável?

Há diferentes alternativas. Um dos objetivos desse grupo de trabalho era justamente analisar as opções e chegar a algum tipo de conclusão sobre quais seriam as mais viáveis. É importante dizer que as alternativas não são excludentes. É possível fazer uma mistura de várias delas para que chegue o gás ao Brasil. Ainda estamos em fase de definição. Como eu dizia, há vários atores que têm que participar da discussão. Não só o fornecedor, o produtor e o receptor do gás, mas o transportador e uma série de etapas intermediárias, que correspondem a empresas privadas. E estamos conversando também, trazendo para as discussões essas empresas que têm interesse nesse negócio. É uma questão complexa, mas estamos avançando porque o interesse parece óbvio: a Argentina tem muito gás, nós precisamos de muito gás.

Essas empresas são brasileiras ou argentinas?

Brasileiras, argentinas, internacionais. Nesse negócio do gás e do petróleo, em geral, essas empresas funcionam muito com a composição de consórcios que envolvem tanto empresas nacionais como estrangeiras.

O senhor já esteve na diplomacia brasileira em Washington. Como tem visto a reação dos países sul-americanos à postura do presidente norte-americano Donald Trump?

Não há um bloco na América do Sul hoje. Na verdade, o que nós estamos vendo é muito mais um conjunto de atitudes individuais. E aí cada país está defendendo os seus interesses. Neste momento, pelo formato da região, dos governos da região, é muito difícil pensar em uma atuação unificada da América do Sul. Isso hoje não é muito factível. Então, o que está havendo são políticas individuais de cada país, até porque as situações são distintas em cada um deles para fazer frente a essa situação.



RAUL VELLOSO

NOSSO PAÍS VEM ATRAVESSANDO UM RÁPIDO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO DE SUA POPULAÇÃO, O QUE PASSOU A PRODUIR UM FORTE CRESCIMENTO DAS APOSENTADORIAS E PENSÕES. OUTRO PONTO É O SURGIMENTO DE NÚMERO CADA VEZ MAIOR DE FRAUDES, ALGO QUE FOI SEMPRE VISTO COMO UM FATOR COMPLICADO

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

Hora de combater fraudes para reequilibrar a Previdência

Aos poucos vai se espalhando a percepção de que o “x” da questão na gestão macroeconômica do país é o elevado crescimento das chamadas despesas obrigatórias, onde se destaca o item Previdência. Ali, o ponto central é duplo. Em primeiro lugar, nosso país vem atravessando um rápido processo de envelhecimento de sua população, o que passou a produzir um forte crescimento das aposentadorias e pensões, como se pode ver pelos números a seguir. Relativamente a 1987, a taxa de crescimento percentual da população idosa (ou seja, acima de 65 anos) saltou de 61,7%, em 2000, para 264,3%, em 2024, e, conforme estudos oficiais, espera-se que alcance não menos do que 678,6% em 2050. Enquanto isso, a população em idade ativa (PIA, ou a parcela que contribui) passava, nesses

mesmos anos, para 34,2; 76,0 e 65,4%, respectivamente. Uma chocante diferença...

Dessa forma, não é de surpreender que, se somarmos às despesas previdenciárias a verba relativa ao item BPC (Benefício de Prestação Continuada), alcançaremos algo da ordem de 58,5% das despesas primárias da União, um pouco mais do dobro do que se obtinha fazendo o mesmo tipo de cálculo algum tempo atrás (28,3% em 1987, um ano antes da promulgação da atual Constituição).

Outro ponto a enfatizar no lado complicado dessa mesma narrativa é o surgimento de número cada vez maior de fraudes, algo que foi sempre visto como um fator supercomplicado na área previdenciária brasileira, e que, nos últimos anos, com a evolução das chamadas fraudes cibernéticas, ganhou uma dimensão muito maior.

O TCU, por exemplo, já afirmou que cerca de 11% das despesas previdenciárias são indevidas. Isso representa, pasmem, cerca de R\$ 110 bilhões apenas em 2025. Se considerarmos que metade desse valor poderia ser efetivamente economizado se o ministério da área e o INSS fizessem o que manda a lei, teríamos uma economia de cerca de R\$ 55 bilhões.

Apenas para se ter uma ordem de grandeza nesse assunto, conforme informado pela imprensa, existem cerca de um milhão de processos no sistema de Monitoramento Operacional de Benefícios (MOB). Historicamente, cerca de 55% desses processos levam à cessação do respectivo benefício. Isso significa dizer que estamos pagando, todos os meses, cerca de 550 mil benefícios indevidos. Fazendo uma conta grosseira, são cerca de R\$ 14 bilhões

por ano que estão saindo pelo ralo, pela falta de capacidade ou de prioridade do INSS em combater as fraudes.

Um caso que deve ser destacado, entre muitos outros, se refere à necessidade de revisão, a cada dois anos, do BPC da pessoa com deficiência. Todavia, a última vez em que essa revisão ocorreu foi em 2009. Juntando a falta de revisão do BPC com as fraudes cibernéticas, verificou-se, nos últimos anos, um alarmante crescimento dos gastos com o BPC. O mesmo tendo ocorrido com a Previdência Rural e com o Seguro-Defeso.

Considere-se, contudo, como caso mais sério a relação, o do aumento das despesas com o Auxílio por Incapacidade Temporária, o antigo Auxílio-Doença. Nesse caso, há uma responsabilização mais direta do Ministério da Previdência Social e do INSS, pois esse crescimento deveu-

-se a uma invenção estranhíssima, em setembro de 2023, do chamado Atestmed. Com essa medida, qualquer fraudador simula um atestado médico no seu computador ou celular, manda-o para o INSS e recebe o benefício sem ter que fazer perícia, nem precisar confirmar a veracidade do atestado.

A justificativa inicial do Atestmed era, pasmem, que iria reduzir despesas por diminuir a fila do INSS. Quase todos sabem que seria exatamente o oposto. Iria ampliar imensamente o número de requerimentos, as despesas do INSS, e, consequentemente, as filas. Dito e feito. O impacto do Atestmed, desde a sua implementação, deverá chegar a uma ampliação de despesa da ordem de pelo menos R\$ 30 bilhões.

Em 11/06 o Governo Federal editou a MP 1.303, com o objetivo de equilibrar as con-

tas públicas após a reação negativa de setores produtivos e do próprio Congresso a dois decretos presidenciais publicados em maio último, os de número 12.466 e 12.467, que aumentavam a alíquota do IOF por intermédio dessa MP, o governo federal finalmente reconheceu que o Atestmed foi um erro, e que causa aumento, mas não redução de despesa. Fez o diagnóstico certo, porém com a medicação errada? Ao invés de acabar ou remodelar completamente o Atestmed para evitar as fraudes, simplesmente reduziu seu prazo de duração para 30 dias. Isso vai reduzir o desperdício de dinheiro público, mas não vai acabar com as fraudes. Por outro lado, vai criar um retrabalho imenso para o INSS, que já está com a maior fila da história e ainda com o “abacaxi” de resolver o escândalo dos descontos associativos.